

Perigos Quotidianos

A VIOLÊNCIA ARMADA EM SITUAÇÃO DE NÃO-CONFLITO

Entre 2004 e 2009, uma média de 526 mil pessoas por ano foram mortas de maneira violenta, mas apenas 10 por cento destas mortes foram qualificadas como mortes em conflito direto. No entanto, a atenção internacional está tradicionalmente concentrada em guerras entre países ou guerras civis, mesmo que as pesquisas acadêmicas internacionais mostrem que, desde 2005, as guerras entre países são responsáveis por apenas uma pequena parcela de todos os conflitos armados.

O termo *pós-conflito* se tornou corrente com o fim da Guerra Fria. No entanto, se os conflitos armados não terminarem sempre em um desenlace claro, como uma vitória militar ou um acordo de paz, podem provocar uma indefinição quanto ao início de um período de pós-conflito, especialmente se a violência armada continua disseminada.

A violência armada que não ocorre nem em situações de conflito nem em de pós-conflito é geralmente identificada como situação de não-conflito.

A violência armada que não ocorre nem em situações de *conflito* nem em de *pós-conflito* é geralmente identificada como situação de *não-conflito*. O conceito da violência armada em situação de não-conflito passa por vários setores – da justiça criminal à saúde pública – e inclui eventos violentos que podem ser categorizados de acordo com a *motivação* de seus autores (como, por exemplo, política ou econômica), com os *cenários* (como o doméstico ou o urbano), com os tipos de *vítimas* ou *perpetradores*, ou com suas *relações* (como a violência baseada em gênero ou o crime organizado). A definição da violência armada em situação de não-conflito é a sobreposição destes com termos como *crise* ou *situações delicadas*.

Embora o acesso às armas, em si ou por si só, não conduza à violência armada, é importante notar que cerca de 75 por cento das aproximadamente 875 milhões de armas de fogo possuídas em todo o mundo estão nas mãos de civis, como foi estimado pelo Levantamento de Armas Leves. Grupos armados não governamentais e gangues mantêm em seu poder uma pequena parte destas armas (apenas 1,3 por cento). As forças armadas nacionais e agências policiais são responsáveis por menos de um quarto da reserva mundial.

Numa estimativa, 42 a 60 por cento da violência letal em todo o mundo é cometida por armas de fogo. Para cada uma pessoa morta por arma de fogo, três sobrevivem aos seus ferimentos a bala. A grande maioria das mortes violentas ocorrem em territórios que não são considerados em situação de conflito ou em situação de pós-conflito.

A grande maioria das mortes violentas ocorre em territórios que não são considerados em situação de conflito ou em situação de pós-conflito.

A violência armada em situação de não-conflito envolve diferentes atores armados e várias formas de violência. Como atores armados, incluem-se indivíduos ou grupos que têm acesso às armas, estes grupos podem variar em tamanho, afiliação e estrutura.

As relações entre atores armados e tipos de violência armada podem evoluir ao longo do tempo, com atores armados potencialmente envolvidos em várias formas de violência. Além dis-



Rosas com os retratos das pessoas assassinadas a tiros na Escola Primária Sandy Hook, Newtown, Connecticut, janeiro de 2013.
© Timothy Clary/AFP Photo

to, os diferentes tipos de violência armada podem se sobrepor, interagir e reforçar-se mutuamente umas às outras. Em países onde a violência armada é endêmica, a violência organizada em larga escala pode coexistir com a violência criminal, as violações dos direitos humanos, os ataques terroristas, como também com várias formas de violência interpessoal.

A ideia de que o Estado deve manter o monopólio do uso legítimo da força, a fim de garantir aos seus cidadãos um certo nível de segurança física, é geralmente aceita. Alguns Estados decidem delegar ou terceirizar o uso da força para outros, como por exemplo às companhias privadas. Em outros casos, grupos rebeldes, gangues e outras organizações criminais desafiam o monopólio do Estado, muitas vezes causando a este a perda da capacidade para controlar a violência em parte, ou até em toda a totalidade de seu território.

Os Estados também podem abusar de seu monopólio do uso da força, usando a violência contra os seus cidadãos para fins políticos. Instituições deficientes e com um fraco desempenho em relação ao respeito às normas das leis, lesam a legitimidade do Estado e a confiança dos cidadãos. Em tais situações, os cidadãos podem procurar seus próprios meios de segurança, muitas vezes com a aquisição de armas, apoiando forças de defesa do tipo vigilantes locais ou recusando a se desarmarem. Estas atitudes podem levar ao aumento da violência como também ao aumento do poder de violentos atores privados em detrimento dos Governos.

O desejo de garantir o acesso seguro à terra e aos recursos naturais tem atuado há muito tempo como um condutor para a violência armada. De fato, a relação entre terra, território e comunidade é crucial para a compreensão da violência armada em situações de não-conflito. De maneira geral, quanto mais um grupo é organizado, maior é a probabilidade de haver um interesse na dominação do território. Grupos altamente organizados usam a violência para preservar o seu poder. Grupos que possuem laços estreitos com suas comunidades, como os *pandilhas* na Nicarágua, usam a violência com mais moderação e podem funcionar como provedores de segurança para as comunidades nas quais eles operam, quer formalmente, como as empresas privadas, ou informalmente. Em contrapartida, grupos com origens transnacionais (como os *maras* na América Latina) são muitas vezes menos limitados em seu uso da violência.

Se a violência é vinculada a uma situação de “conflito armado”, de “pós-conflito” ou de “não-conflito”, isto significa mais do que apenas uma questão semântica. As populações envolvidas em um conflito armado claramente definido, têm como acessar recursos internacionais que podem ser negados perante a ausência de uma caracterização explícita. Mais especificamente, a caracterização de conflito armado pode desencadear a intervenção do Conselho de Segurança da ONU, a implementação de missões internacionais de paz e a prestação de ajuda.

No entanto, Estados que vivenciam um alto nível de violência armada em situação de não-conflito tendem a ser deixados a combater este tormento por sua própria conta, sem ser considerado se estes possuem os aparelhos ou os meios necessários para tal. Em resposta às situações como estas, alguns países declararam “guerra” aos grupos do crime organizado, por exemplo, usando táticas militares como empenho para coibir esta ameaça. Embora isto possa levar a uma escalada da violência.

Estão surgindo novas práticas para tratar com a violência armada em situações de não-conflito, incluindo implementações de ações humanitárias para zonas em situação de não-conflito e a concessão de status de refugiados para pessoas que fugirem do recrutamento forçado pelas gangues. Não obstante, as iniciativas multilaterais e multisetoriais como a Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, que visa reduzir a violência armada, tanto em situações de conflito como em de não-conflito, têm apenas começado a desempenhar um papel a este respeito. ■